

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DOS COMPONENTES ESPECÍFICOS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA NO ENADE 2011

Mariana Veríssimo¹

Sérgio de Freitas Oliveira²

Vera Lúcia Lins Sant'Anna³

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o estudo de uma Matriz de Referência da Prova de Componente Específico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) para o curso de Pedagogia, de acordo com sua respectiva Portaria. Essa matriz foi elaborada a partir de aspectos do perfil profissional e recursos (competências e habilidades específicas), de acordo com a Portaria Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) nº 221, de 26 de julho de 2011, para o curso de Pedagogia. Ela tomou como base a dissertação de mestrado de Costa (2013), que a concebeu e desenvolveu para o curso de Física a partir das Portarias do INEP de 2005, 2008 e 2011. Ele considera que essa Matriz de Referência- MR possibilita a localização dos itens de prova dos respectivos Exames (2005; 2008 e 2011). Costa (2013) afirma que “o ENADE não tem uma matriz de referência pública, e nessa perspectiva propomos um modelo de MR para o ENADE.” (COSTA, 2013, p. 51-52)

O recorte temporal da análise dos dados corresponde à prova do ENADE 2011. A elaboração da matriz tem origem nas discussões estabelecidas em uma comissão presidida pela pró-reitora de graduação da PUC-Minas, professora Maria Inês Martins, em 2013, cujo objetivo foi analisar os componentes gerais das provas do ENADE no período compreendido entre 2005 a 2011. A finalidade de tal análise

¹ Doutora em Ergologia pela Universidade de Provence-França e Professora do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática- mverissimo@pucminas.br.

² Professor do Departamento de Educação da PUCMINAS, Graduado em Letras e Pedagogia – sergioli@pucminas.br.

³ Doutora em Ciências da Religião (UMESP), Mestre em Educação (Mackenzie-SP), Professora do Curso de Pedagogia e pesquisadora da PUC Minas. - verasantanna@hotmail.com.

era “Elaboração de Matrizes de Provas do Componente de Formação Geral do ENADE.” (Portaria 008/2013). A mesma metodologia utilizada pela comissão para a criação das matrizes de provas do componente geral do ENADE foi adotada pelos autores para a elaboração da Matriz de Referência (MR)⁴ dos componentes específicos da prova do ENADE 2011 para o curso de Pedagogia.

Portanto, foi elaborada uma matriz dos conteúdos, habilidades e capacidades que tal prova contemplou, indicando as tendências em termos das habilidades e capacidades que se espera que formandos do curso de Pedagogia tenham construído. Os gráficos apresentados no texto foram elaborados com base nessa matriz.

Essa matriz permite verificar que a prova do ENADE não se restringe a verificar a aprendizagem dos conteúdos programáticos, mas, seguindo o espírito do modelo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação, se propõe a avaliar a capacidade de compreender a correlação entre diferentes saberes, competências e habilidades que os estudantes, de modo geral, devem ter construído ao longo da formação acadêmica.

Infere-se, ainda que tal política de avaliação possa ocupar um papel decisivo na condução dos processos didático-pedagógicos das universidades. Considera-se que ela poderá promover mudanças na relação professor-aluno bem como em todo o processo de ensino e aprendizagem, desde os aspectos relacionados aos fundamentos que concernem às suas concepções de educação, de avaliação, de sociedade, de mundo e de homem até a introdução das inovações tecnológicas nos tempos e movimentos da sala de aula na universidade. Nessa perspectiva, Vasconcellos (2000) entende que a avaliação é um processo no qual deve existir uma reflexão crítica sobre a prática, a fim de se captar possíveis avanços, resistências e dificuldades, possibilitando assim, uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar possíveis problemas identificados.

O texto tem como finalidade, ainda, fornecer subsídios para que estudantes do curso de Pedagogia busquem aperfeiçoar a capacidade de análise das questões educacionais e exercitar, continuamente, a articulação de temas pertinentes à sua formação específica com toda possibilidade de problematização. A formação pela

⁴ Ver Matriz de Referência (MR) anexa.

avaliação não pode ser compreendida como uma "feira de ferramentas" praticável "à la carte". A avaliação mesma deve ser entendida como um processo de co-construção e de co-autoavaliação.

Ao considerar que o ato de avaliar conduz ao conhecimento do que se avalia, pode-se considerar igualmente que o exercício permanente da avaliação é uma importante ação que promove a autonomia do próprio pensamento e do autoconhecimento. Assumir criticamente um processo avaliativo pode ser um importante investimento para o sucesso da formação, tornando a experiência autoformativa uma atitude responsável e compromissada com a sociedade que busca transformar pelas suas escolhas e ações. Esta comissão considera que esse trabalho pode contribuir para uma compreensão ampliada de como as provas são elaboradas e quais perfis, habilidades e competências quer avaliar.

Antecedentes históricos

O governo brasileiro encetou, em meados da década de 90, um procedimento gradual de implementação de um sistema de avaliação do ensino superior. A lei 9.131 (BRASIL, 1995)⁵ regulamentou esse processo que teve início em 1995, quando estabeleceu o Exame Nacional de Cursos (ENC), em que todos os estudantes concluintes de cursos superiores de campos de conhecimento pré-definidos deveriam realizar uma prova. Outras leis posteriormente incluíram no sistema o Censo de Educação Superior e a Avaliação das Condições de Ensino (ACE), incrementando a avaliação ao introduzir as visitas de comissões externas às instituições de ensino superior. Entretanto, a grande marca das políticas de avaliação externa do ENC foi o Provão, atualmente denominado ENADE, que, depois de submetido a diversas transformações, permaneceu no centro do Sistema

⁵ Lei 9.131/95 – Art. 3º - Com vistas ao dispositivo na letra 'e' do 2º do artigo 9º da Lei 4.024 de 1961, com a redação dada pela presente Lei, o MEC fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Parágrafo 1º - Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão necessariamente a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁶. Esse sistema foi formalmente instituído pela Lei federal 10.861, aprovada em 14 abril de 2004. Posteriormente esta discussão será retomada.

A classificação promovida e divulgada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com base nas notas das organizações universitárias pode ser considerada como uma restituição para os cursos e instituições no que concerne às necessidades de melhorias a serem implementadas bem como para orientar os futuros ingressantes em relação à escolha do curso e da instituição. As características do Estado Avaliador e das políticas neoliberais⁷ que marcam a política Educacional objeto deste artigo se referem a essa regulação feita pelo mercado que define quem permanece e quem sai do sistema educacional. O uso indevido dos resultados do ENADE mantém a mesma ideia de ranqueamento do ENC, já “incorporada” na cultura de avaliação institucional brasileira.

Se o Provão iniciou com três áreas de conhecimento avaliadas em 1995, em 2003 já eram vinte e seis áreas cuja aprovação se ampliava a cada ano. O modelo foi duramente criticado por muitos, sobretudo na academia e especialistas em avaliação. Esperava-se que a gestão do Presidente Lula fosse colocar fim nesse processo de avaliação, pois as políticas de avaliação do sistema de educação, sobretudo o Provão, foram tema em diversos momentos da campanha presidencial de 2002. Entretanto o ministro da educação do primeiro governo Lula nomeou, imediatamente, uma comissão que deveria propor as mudanças necessárias ao sistema de avaliação vigente. Essa comissão propôs um novo sistema, chamado SINAES, que, após um período de discussão e negociação no Congresso, incluía uma metodologia diferente⁸ para o exame de cursos, denominada ENADE.

O ENADE avalia o rendimento dos alunos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos construídos, a partir das orientações curriculares dos cursos nos quais estão matriculados. O exame é obrigatório para os

⁶ Para conhecer a proposta, ver MEC/INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior. Brasília, agosto de 2003. O SINAES foi implementado através da Medida Provisória n. 147, de 15 de dezembro de 2003.

⁷ Para aprofundar nessa discussão, sugere-se a leitura: BIANCHETTI, Roberto. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

⁸ Para verificar as diferenças entre o Provão e o ENADE, consultar Verhine (2006).

estudantes concluintes e condição indispensável para a emissão do histórico escolar, visto que ele é considerado um componente curricular. Procura também avaliar a adequação dos conhecimentos construídos pelos alunos aos requisitos decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para analisar, interpretar e compreender questões relacionadas aos motes brasileiros e internacionais, bem como de outras áreas inter-relacionadas.

Percebe-se que essa prova pretende aferir as mudanças nos processos ensino aprendizagem, enfatizando a necessidade de se promover o estudante e sujeito social capaz de construir conhecimentos em situações concretas e abstratas propostas em seu cotidiano. Além disso, objetiva desempenhar um papel central no delineamento dos exames e na possibilidade de melhorar a qualidade da educação proporcionada à sociedade.

Matriz dos conteúdos específicos do Curso de Pedagogia da prova do ENADE 2011

Os conteúdos da prova do ENADE 2011 foram publicados na Portaria INEP nº 225 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2011, Seção 1, p.20. O artigo 7º dessa portaria define os conteúdos que serão tomados como referência para elaboração da prova do ENADE 2011, no componente específico da área de Pedagogia, conforme citado abaixo:

- I - **Formação Geral**; C1- Filosofia da Educação; C2- História da Educação/História da Educação Brasileira/História da Pedagogia e do curso de Pedagogia; C3- Sociologia da Educação C4- Psicologia da Educação (aprendizagem e desenvolvimento; C5- Teorias Pedagógicas; C6- Organização e gestão da escola, Planejamento educacional e Projeto político pedagógico; C7- Teorias e Práticas de Currículo; C8- Didática; C9- Avaliação do ensino e da aprendizagem; C10- Organização da Educação Brasileira / Legislação Educacional / Políticas Educacionais; C11- Investigação, produção e difusão de conhecimentos pedagógicos e educacionais; C12- Tecnologias da Comunicação e informação nas práticas educativas; C13- Educação

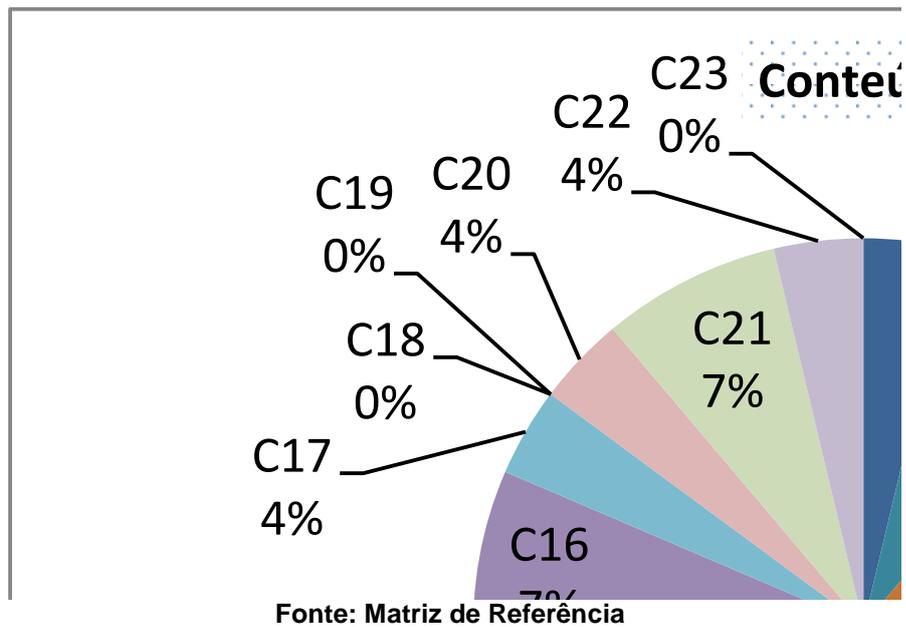
inclusiva e diversidade; C14- Educação e trabalho.

II - Áreas específicas para docência: C15- Constituição do “ser” professor e as especificidades do trabalho docente; C16- Conteúdos e metodologias específicas de: Alfabetização e Letramento; Língua Portuguesa e Literatura Infanto-Juvenil; Matemática; Ciências; Geografia; História; e Linguagens Artístico-Culturais; C17- Corporeidade/Motricidade Humana; Ludicidade; Linguagem oral; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos; Libras; Temas transversais.

I - Áreas específicas para gestão escolar e outros espaços educativos: C18- Coordenação, elaboração e avaliação de projeto político-pedagógico; C19- Implementação e avaliação de currículos e programas educacionais; C20- Coordenação e acompanhamento dos processos de ensino e de aprendizagem nos espaços educativos; C21- Organização de práticas de gestão na escola e em outros espaços educativos; C22- Fundamentos da gestão democrática educacional; C23- Políticas e práticas de articulação escola comunidade e movimentos sociais. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

O Gráfico abaixo, baseado na matriz de referência para elaboração de provas de conteúdos específicos, indica o índice de incidência na prova de 2011, no que se refere a tais conteúdos divulgados na Portaria do INEP. Portanto, será utilizada a letra C mais o número correspondente ao conteúdo (ex. C1, C2) quando nos referirmos aos conteúdos.

Gráfico 1- Conteúdos da área de formação geral



De acordo com o gráfico 1, que se refere aos conteúdos da área de formação geral, percebe-se maior concentração (11%) das questões analisadas nos conteúdos Teorias e Práticas de Currículo (C7), Didática (C8) e Educação Inclusiva e Diversidade (C13). Verifica-se que 33% das questões da prova específica foram construídas com base nesses três temas.

Portanto, cada tema foi contemplado com três questões da prova a exemplo da questão abaixo:

ENADE 2011 Questões Específicas

Questão 13

Figura: Questão 13



Muitas vezes, os próprios educadores, por incrível que pareça, também vítimas de uma formação alienante, não sabem o porquê daquilo que dão, não sabem o significado daquilo que ensinam e quando interrogados dão respostas evasivas: “é pré-requisito para as séries seguintes”, “cai no vestibular”, “hoje você não entende, mas daqui a dez anos vai entender”. Muitos alunos acabam acreditando que aquilo que se aprende na escola não é para entender mesmo, que só entenderão quando forem adultos, ou seja, acabam se conformando com o ensino desprovido de sentido.(VASCONCELLOS, 2002, p. 27-28).

Correlacionando a tirinha de Mafalda e o texto de Vasconcellos, avalie as afirmações a seguir.

- I. O processo de conhecimento deve ser refletido e encaminhado a partir da perspectiva de uma prática social.
- II. Saber qual conhecimento deve ser ensinado nas escolas continua sendo uma questão nuclear para o processo pedagógico.
- III. O processo de conhecimento deve possibilitar compreender, usufruir e transformar a realidade.
- IV. A escola deve ensinar os conteúdos previstos na matriz curricular, mesmo que sejam desprovidos de significado e sentido para professores e alunos.
- V. Os projetos curriculares devem desconsiderar a influência do currículo oculto que ocorre na escola com caráter informal e sem planejamento.

É correto apenas o que se afirma em

- A - I e III B - I e IV. C - II e IV. D - I, II e III. E - II, III e IV.

Ao analisar essa questão, a comissão considerou que ela contempla o conteúdo da disciplina “Didática” (C8). Entretanto, pode-se constatar que 42% das questões da prova específica do ENADE 2011 foram elaboradas considerando os conteúdos: Teorias Pedagógicas, (C5), Organização e Gestão da Escola, Planejamento Educacional e Projeto Político Pedagógico (C6), Avaliação do Ensino e da Aprendizagem (C9), Organização da Educação Brasileira/Legislação Educacional/Política Educacional (C10); conteúdos e metodologias específicas de: Alfabetização e Letramento, Língua Portuguesa e Literatura Infante-juvenil, Matemática, Ciências, Geografia, História e Linguagens artístico-Culturais (C16); e, ainda, o tema Organização e acompanhamento dos processos de ensino e de

aprendizagem nos espaços educativos (C21). Cada um destes seis temas teve uma representação de 7% da prova. Este percentual corresponde a duas questões sobre cada tema.

Percebe-se nessa questão que o argumento de Hoffmann é pertinente ao afirmar:

[...] ação avaliativa [consiste numa] interpretação cuidadosa e abrangente das respostas do educando frente a qualquer situação proposta, assim como a visão de acompanhamento [deve ser tomada], não como um caminho de certezas do professor, mas uma trajetória de entendimento, troca de ideias por ambos os elementos da ação educativa. (HOFFMANN, 2008, p. 38-39).

Como a avaliação é a reflexão transformada em ação, é essa ação que impulsiona a novas reflexões, uma reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento cotidiano do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. Portanto, considera-se a questão significativa nesse processo avaliativo, pois, diante de todos os aspectos que a cercam, proporciona mudanças qualitativas no sistema educacional.

ENADE 2011 Questões Específicas

QUESTÃO 15

No que se refere à aprendizagem inicial da língua portuguesa, alfabetização e letramento são processos independentes.

PORQUE

A alfabetização é o desenvolvimento de competências e habilidades para o uso efetivo da língua portuguesa em práticas sociais, enquanto o letramento é a aprendizagem do sistema de utilização das letras, na escrita.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- (A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- (D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- (E) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

A comissão considerou que esta questão contemplou “Conteúdos e metodologias específicas de: Alfabetização e Letramento, Língua Portuguesa e Literatura Infanto-juvenil, Matemática, Ciências, Geografia, História e Linguagens artístico-Culturais. (C16)”. **(PORTARIA Nº 225, DE 26 DE JULHO DE 2011, Art 7º §II)**

Os temas Filosofia da Educação (C1), Tecnologias da Comunicação e Informação nas práticas educativas (C12), Constituição do “Ser” professor e as especificidades do trabalho docente (C15), Corporeidade/Motricidade Humana; Ludicidade; Linguagem oral; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos; Libras; Temas transversais (C17), Coordenação e acompanhamento dos processos de ensino e de aprendizagem nos espaços educativos (C20) Fundamentos da gestão democrática educacional (C22) não concentraram grande número de questões. Cada um deles representou apenas 4% das questões, estando presentes em apenas uma questão da prova. Os seis temas juntos representam 24% do total das questões.

Segundo Hadji (2001),

as práticas avaliativas apresentam-se fundamentalmente como troca de questões e de respostas em que o professor considera apenas aquilo que ele espera do aluno, e ele, por sua vez, não consegue distinguir os momentos de aprendizagem dos momentos de avaliação, não havendo assimilação e interiorização do conhecimento. (HADJI, 2001, p. 36).

Pode-se, assim, inferir que se faz necessária uma melhor distribuição dos conteúdos, propiciando aos alunos avaliados um desempenho melhor sobre os conteúdos apreendidos em sua trajetória de formação. A avaliação, quando em um contexto de ensino, tem o papel de contribuir para o êxito do aluno, ou seja, para sua construção de saberes e competências.

A questão abaixo revelou para a comissão de análise da prova a dificuldade em fragmentar os conteúdos de maneira a classificá-los em um tema. Tal evidência remete à discussão da disciplinarização ou divisão dos conteúdos por disciplinas que insiste em separar o inseparável. A comissão considera que os saberes e conhecimentos estão e sempre estiveram inter-relacionados e só fazem sentido quando entram em relação com os outros saberes.

A questão 14 da prova foi considerada contextualizada, embora não mobilize

o conhecimento pedagógico para sua resolução. Trata-se de uma questão que não se destina aos conhecimentos específicos da Pedagogia, mas aos estudantes dos cursos de Licenciatura.

ENADE 2011 Questões Específicas

QUESTÃO 14

Estar no espaço lúdico com outras crianças é um primeiro passo no movimento de brincar inclusivo. Alunos com limitações de movimento conseguem observar as ações das pessoas no seu entorno, mas seu brincar pode se restringir bastante, pelo atraso neuropsicomotor, pela incoordenação na manipulação dos objetos ou pela falta de um sistema de comunicação e linguagem. (REILY, 2004, p. 54).

Nesse sentido, a prática pedagógica inclusiva, na perspectiva da mediação cultural de Vygotsky, deve enfatizar

- I. o uso de situações-problema desafiadoras que coloquem o aluno, de forma contextualizada, em atividade.
- II. a organização do planejamento didático de forma que o aluno possa aprender por meio de observação e imitação.
- III. o ato de pensar sobre o seu próprio processo em atividade, incentivando a conscientização sobre sua aprendizagem.
- IV. a organização do currículo e de recursos que possibilitem o acesso do aluno aos objetos de conhecimento lúdicos e desafiadores.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

Como se pode verificar, dependendo do ponto de vista da análise, as

questões podem ser consideradas como sendo contempladas por mais de um tema. Houve discordância entre os membros da comissão. A polêmica era se a questão se localiza em C13- Educação Inclusiva e Diversidade ou em C17, que agrupa os seguintes conteúdos: Corporeidade/Motricidade Humana; Ludicidade; Linguagem oral; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos; Libras; Temas transversais. A comissão concluiu que a questão solicita dos alunos conhecimentos relacionados a C17.

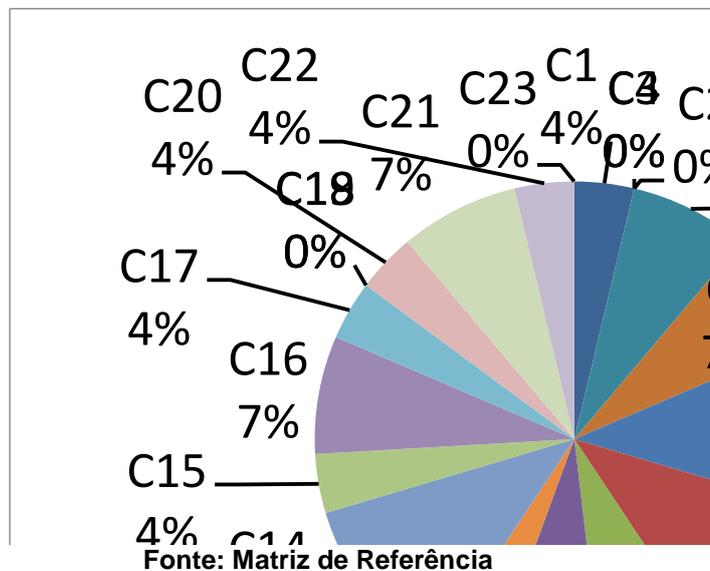
Os conteúdos que não foram contemplados na prova do ENADE de 2011, embora tenham sido tomados como referência na Portaria INEP nº 225 de 26 de julho de 2011, são História da Educação/História da Educação Brasileira/ História da Pedagogia e do Curso de Pedagogia (C2), Sociologia da Educação (C3), Psicologia da Educação (Aprendizagem e Desenvolvimento) (C4), Educação e Trabalho (C14), Coordenação, elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico (C18), Implementação e avaliação de currículos e programas educacionais (C19) e Políticas e práticas de articulação escola comunidade e movimentos sociais (C23).

De acordo com Grounlund,

os instrumentos avaliativos deveriam medir resultados de aprendizagem claramente definidos, que estivessem em harmonia com objetivos instrucionais; medir uma amostra adequada dos resultados de aprendizagem e o conteúdo da matéria incluída na instrução; conter os tipos de itens que são mais adequados para medir os resultados de aprendizagem desejados; ser planejados para se ajustar aos usos particulares a serem feitos dos resultados; ser construídos tão fidedignos quanto possível e, em consequência, ser interpretados com cautela e ser utilizados para melhorar a aprendizagem do estudante e do sistema de ensino. (GROUNLUND apud LUCKESI, 2002, p. 83).

Conforme Hoffmann (2008), os educandos aperfeiçoam sua maneira de pensar quando se deparam com novas situações e desafios, formulando, assim, novas hipóteses. Portanto, é necessária uma avaliação que não esteja vinculada com a verificação de respostas certas ou erradas, mas que faça o professor investigar e refletir as manifestações dos alunos. Dessa forma, a prática avaliativa contribui para a construção do conhecimento do sujeito avaliado.

Gráfico 2 - Conteúdo



Rabelo dá uma contribuição significativa ao afirmar que: “fazer com que a nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção de forma inconsciente e não refletida.” (RABELO, 1998, p. 11).

Sendo assim, a importância dessa questão, deve ser vista como algo com que o professor possa identificar se o estudante é capaz de relacionar os conteúdos específicos ao contexto social amplo, revelando uma capacidade de comparar e refletir, construindo novos saberes.

O perfil profissional dos Licenciados em Pedagogia, segundo o ENADE de 2011

Os aspectos do perfil profissional avaliado pela prova do ENADE 2011 foram publicados na Portaria INEP nº 225 de 26 de julho de 2011. O artigo 5º dessa Portaria define os aspectos que se esperava que os egressos tivessem construído como postura profissional que foram tomados como referência para elaboração da prova do ENADE 2011 no componente específico da área de Pedagogia. Tais aspectos se referem a ser capaz de:

- a) P1- Compreender o contexto sociocultural, político, econômico e educacional dos processos educativos escolares e não escolares;
- b) P2 - Reconhecer e respeitar as diferenças socioculturais, as manifestações e necessidades; físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos estudantes nas suas relações individuais e coletivas para propor alternativas para sua atuação profissional;
- c) P3 - Compreender a formação profissional como um processo contínuo de autoaperfeiçoamento e de domínio teórico-investigativo do campo da educação;
- d) P4- Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico e conteúdos que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;
- e) P5- Planejar, implementar e avaliar projetos educativos contemplando e articulando a diversidade e as múltiplas relações das esferas do social: cultural, ética, estética, científica e tecnológica;
- f) P6- Integrar diferentes conhecimentos e tecnologias de informação e comunicação no planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas escolares e não-escolares;
- g) P7- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- h) P8- Investigar situações educativas, realizando diagnósticos de problemas e estudos de contextos, identificando contradições, propondo intervenções e elaborando argumentos para a produção de conhecimentos;
- i) P9- Reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial, religiosa, de gêneros, classes sociais, necessidades especiais, escolhas sexuais e faixas geracionais, entre outras.

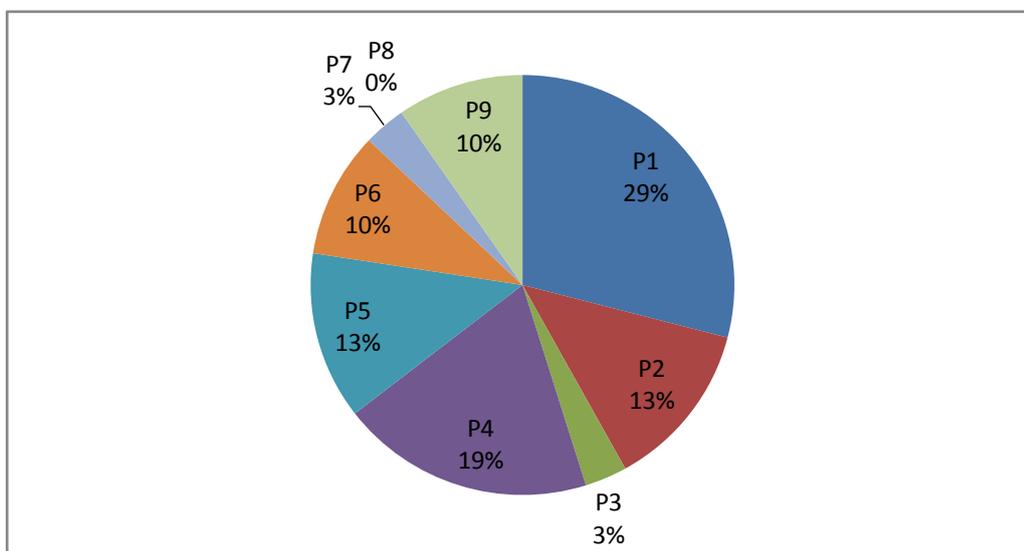
O relatório síntese correspondente ao ano de 2011 disponibilizado pelo MEC não fornece a classificação dos itens no que se refere aos aspectos do perfil do profissional, assim como os recursos (competências/habilidades). (COSTA, 2013)

A análise do perfil foi realizada tomando por base a identificação e classificação do perfil do profissional que o item estava requerendo, de acordo com

a portaria normativa disponibilizada pelo INEP no ano de 2011. Depois de realizada tal identificação, a questão foi classificada pelo recurso (competência/habilidade) requerido pelo estudante para resolvê-la. Observou-se que, em alguns itens, o estudante tinha que mobilizar mais de um recurso para responder à questão.

Ao analisar o perfil profissional dos licenciados em Pedagogia, pode-se constatar, a partir do cruzamento das informações apresentadas na matriz de referência, que há **uma ênfase** no número de questões (29%) que visam à compreensão do contexto sociocultural, político, econômico e educacional dos processos educativos escolares e não escolares (P1).

Gráfico 3 - Perfil Profissional



Fonte: Matriz de Referência

Percebe-se o pressuposto de mais investimento na capacidade de ler, interpretar, analisar e criticar as informações, competências básicas da formação dos estudantes.

A esse respeito, Perrenoud (1999) afirma que

a ideia de avaliação formativa sistematiza esse funcionamento, levando o professor a observar mais metodicamente os alunos, a compreender melhor seus funcionamentos, de modo a ajustar de maneira mais sistemática e individualizadas suas intervenções pedagógicas e as situações didáticas que propõe, tudo isso na expectativa de otimizar as aprendizagens [...]. (PERRENOUD, 1999, p. 89).

Dessa forma, a aprendizagem passa a ser um desenvolvimento interno e individual da representação de uma informação que é dada ao aluno. Esse aluno deverá interpretar essa aprendizagem plural e complexa através de muitas vias e fontes de informação, para, assim, construir seu próprio conhecimento.

O segundo aspecto do perfil profissional mais enfatizado na prova, P4 – ser capaz de compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, se fez presente em 19% das questões.

A importância desse aspecto recomenda que é necessário privilegiar o desenvolvimento de atividades que possam ampliar os conhecimentos ético, artístico, cultural, juntamente com as abordagens do conhecimento pedagógico e dos conteúdos que fundamentam o processo formativo do profissional em Pedagogia.

No que diz respeito às capacidades de planejar, implementar e avaliar projetos educativos contemplando e articulando a diversidade e suas múltiplas relações das esferas do social: cultural, ética, estética, científica e tecnológica (P5) e de reconhecer e respeitar as diferenças socioculturais, as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos estudantes nas suas relações individuais e coletivas para propor alternativas para sua atuação profissional (P2), elas tomam 13% da prova cada uma. Percebe-se que elas impactam diretamente na competência de atuação segundo os princípios éticos, competência que aparece em destaque nas questões que utilizam o tema sobre Democracia, Ética e Cidadania.

Isso mostra que as formas como os estudantes são avaliados nos cursos de graduação podem exercer uma influência modeladora não somente sobre seus desempenhos, mas sobre a formação de suas atitudes em relação à aprendizagem. “O “julgar”, o “comparar”, isto é, “o avaliar” faz parte de nosso cotidiano, seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do cotidiano seja formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões.” (DALBEN, 2005, p. 66).

Os perfis (P6 e P9) – Ser capaz de integrar diferentes conhecimentos e tecnologias de informação e comunicação no planejamento e desenvolvimento de

práticas pedagógicas escolares e não escolares e Ser capaz de reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, classes sociais, necessidades especiais, escolhas sexuais e faixas geracionais, entre outras, embora não tenham sido contemplados de forma numericamente significativa nas questões da prova (10% cada um), sabe-se que eles são importantes para a formação do profissional da contemporaneidade, que precisa saber lidar com as tecnologias atuais e com a diversidade em seus múltiplos enfoques.

Os perfis (P3 e P7) – Ser capaz de compreender a formação profissional como um processo contínuo de autoaperfeiçoamento e de domínio teórico-investigativo do campo da educação e ser capaz de desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento – foram minimamente contemplados com apenas 3% do total da prova específica, entretanto não se pode ignorar que se trata de exigência dos novos tempos a formação continuada, a pesquisa e o trabalho em equipe. Portanto, pode-se prever que tal tema poderá ser mais privilegiado na prova do ENADE para o curso de Pedagogia de 2014.

Da mesma forma, é notória a ausência de questões do perfil P8 – Ser capaz de investigar situações educativas, realizando diagnóstico de problemas e estudos de contexto, identificando contradições, propondo intervenções e elaborando argumentos para a produção de conhecimento, quando o trabalho pedagógico demanda um olhar individualizado sobre o educando e suas necessidades e especificidades.

Sabe-se que a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem não é uma atividade neutra ou destituída de intencionalidade; ela nos faz compreender que há um estatuto político e epistemológico que dá suporte ao processo educativo que acontece na prática pedagógica na qual a avaliação se inscreve.

É importante salientar as considerações de Caldeira, quando afirma que:

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 1997, p. 122)

Logo, a avaliação deve ser compreendida como um processo amplo da

aprendizagem que envolve responsabilidades do professor e do aluno. Ao tratar a avaliação de forma diferente, afastam-na de seus verdadeiros propósitos, de sua relação com o ensino, de seu aspecto formativo.

Recurso quanto às Competências e Habilidades

No que se refere às Competências e Habilidades que a prova do ENADE 2011 para o curso de Pedagogia esperava que os estudantes tivessem construído são: R1- Conhecer e analisar as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação; R2- Articular as teorias pedagógicas às de currículo no desenvolvimento do processo de Ensino aprendizagem; R3- Compreender o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças, jovens e adultos, considerando as dimensões cognitivas, afetivas, socioculturais éticas e estéticas; R4- Planejar, desenvolver e avaliar situações de ensino aprendizagem, de modo a elaborar objetivos, definir conteúdos e desenvolver metodologias específicas das diferentes áreas; R5- Selecionar e organizar conteúdos, procedimentos metodológicos e processos de avaliação da aprendizagem, considerando as múltiplas dimensões da formação humana; R6- Conhecer a realidade dos diferentes espaços de atuação do pedagogo e suas relações com a sociedade, de modo a propor intervenções educativas fundamentadas em conhecimentos; R7- Articular as teorias pedagógicas às de currículo na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos e na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar; R8- Estabelecer a articulação entre os conhecimentos e processos investigativos do campo da educação e das áreas do ensino e da aprendizagem, docência e gestão escolar; R9- Promover, planejar e desenvolver ações visando à gestão democrática nos espaços e sistemas escolares e não escolares.

A análise das questões feitas pela comissão supracitada permitiu a construção do gráfico que se segue.

Gráfico 4 - Competências e Habilidades



Fonte: Matriz de referência

Ao analisar o recurso Competência/Habilidade, constata-se maior incidência (23%) de R2 que se refere a Articular as teorias pedagógicas às de currículo no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Como segunda Habilidade e Competência mais requisitada, têm-se o Recurso R1 (16%) e R3 (16%), que fazem alusão à capacidade de Conhecer e analisar as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação e Compreender o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças, jovens e adultos, considerando as dimensões cognitivas, afetivas, socioculturais, éticas e estéticas. Esse aspecto chamou a atenção da comissão, que considera bastante pertinente tal destaque, visto que diversas disciplinas do curso de Pedagogia (Teorias de currículo, Educação de Jovens e Adultos, Políticas Educacionais, Avaliação, Didáticas, entre outras) contribuem com o desenvolvimento dessas habilidades e competências.

O que marca o desenvolvimento dessas Habilidades e Competências nesses três aspectos destaca a disciplina “**Políticas Públicas**”. Entretanto, a comissão observa que cabe a todas as disciplinas e é papel importante de cada professor contribuir para desenvolver nos futuros profissionais em Pedagogia a capacidade de construir conhecimentos político-educacionais, para que sejam capazes de situar suas bases por meio de sínteses que localizem o cenário do qual eles participam. É necessário fomentar condições para que esses profissionais possam construir argumentos fundamentados nas bases teóricas dos conhecimentos da profissão, para que sejam capazes de apresentar soluções para os problemas novos e antigos, de modo coerente, legal e criativo. Cunha (1998, p. 17) “Compreende que ensinar e aprender estão alicerçados numa concepção de mundo e de ciência que facilitou uma visão mais global e elucidativa, especialmente numa época em que a supremacia da ciência tem sido amplamente reconhecida.”

Destaque-se ainda que a formação artística e cultural também deve ser fortalecida, no tocante às suas relações com a educação.

O que se observa é que 55% das questões estão concentradas nos itens R2, R1 e R3, citados acima. Aqui se fazem presentes as políticas educacionais nos planos teórico, legal e aplicado. Depreende-se disso a importância de que um esforço maior seja realizado pelas disciplinas Políticas Públicas, Teorias de Currículo, Educação de Jovens e Adultos e Didática.

Seguindo essas três competências, aparece a R5 – Selecionar e organizar conteúdos, procedimentos metodológicos e processos de avaliação da aprendizagem, considerando as múltiplas dimensões da formação humana, com 13% de incidência. Destacam-se aqui as disciplinas Metodologias de Ensino, Avaliação Escolar, Laboratórios de Pesquisa e Prática e Estágios Supervisionados, como sendo responsáveis por contribuir no desenvolvimento dessas habilidades e competências.

Constata-se, assim, que o domínio teórico-prático deve privilegiar um processo formativo contínuo que busque conceber situações educativas promotoras do desenvolvimento de capacidades e competências que atendam às novas demandas profissionais.

Corroborando essa posição, Álvarez Méndez (2002) afirma que

[...] o conhecimento deve ser o referente teórico que dá sentido global ao processo de realizar uma avaliação, podendo diferir segundo a percepção teórica que guia a avaliação. Aqui está o sentido e o significado da avaliação e, como substrato, o da educação. (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002, p. 29).

No que se refere às habilidades e competências R4 – Planejar, desenvolver e avaliar situações de ensino-aprendizagem, de modo a elaborar objetivos, definir conteúdos e desenvolver metodologias específicas das diferentes áreas – e R9 – Promover, planejar e desenvolver ações visando à gestão democrática nos espaços e sistemas escolares e não escolares – cada uma com 10% de incidência, elas representam 20% das questões. Para tais habilidades a comissão considera que Didática, Metodologias e Gestão e Trabalho Docente são responsáveis pelo desenvolvimento dessas competências/habilidades.

R6 – Conhecer a realidade dos diferentes espaços de atuação do pedagogo e suas relações com a sociedade, de modo a propor intervenções educativas fundamentadas em conhecimentos filosóficos, sociais, psicológicos, históricos, econômicos, políticos, artísticos e culturais, R7 – Articular as teorias pedagógicas à de currículos na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos e na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar e R8 – Estabelecer a articulação entre os conhecimentos e processos investigativos do campo da educação e das áreas do ensino e da aprendizagem, docência e gestão escolar totalizam os 12% restantes. Aqui se destacam as disciplinas de Fundamentos da Educação, Pedagogia: Identidade, Teorias e Práticas, Teorias de Currículo e Gestão e Trabalho Docente.

Pode-se considerar, assim, que esse processo avaliativo interpreta e atribui sentidos e significados à avaliação, produzindo conhecimentos e representações a respeito de seu papel, com base em suas próprias concepções, vivências e conhecimentos.

Sordi (2001) contribui com essa reflexão ao afirmar que: “Uma avaliação espelha um juízo de valor, uma dada concepção de mundo e de educação, e por isso vem impregnada de um olhar absolutamente intencional que revela quem é o educador quando interpreta os eventos da cena pedagógica.” (SORDI, 2001 p. 173)

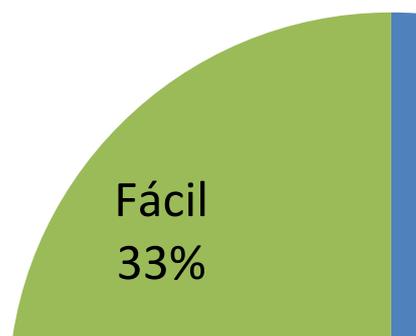
No que se refere ao Nível de Dificuldades

O estudante que realiza a prova do ENADE, além de responder às questões gerais e específicas relacionadas ao curso para o qual está se formando, responde também a um questionário que avalia o instrumento. As perguntas desse questionário são relacionadas ao grau de dificuldade da prova na formação geral e específica. Esse grau de dificuldades é medido por meio dos critérios: clareza (dos enunciados, das instruções e da informação das questões da prova); o tempo gasto para sua realização e aos conteúdos avaliados e estudados no curso em que está se formando. No que se refere ao nível de dificuldade da prova de componente geral de todos os cursos avaliados em 2011, a maioria das questões foram consideradas pelos estudantes como de nível médio ou difícil, com 72% dos itens considerados “difíceis”.

No tocante ao nível de dificuldade das questões da prova de componente específico do Curso de Pedagogia, os dados demonstram um equilíbrio na percepção dos alunos avaliados. Conforme o gráfico revela, há aproximadamente um terço das questões em cada nível difícil, médio e fácil. Somando-se o nível médio com o fácil, obtém-se mais de dois terços, ou seja, 66 % das questões da prova do ENADE 2011 foram consideradas, no que se refere ao nível de dificuldade, fáceis ou médias.

Gráfico 5 – Nível de dificuldade

Nível de Di



Fonte: Matriz de referência

Nessa análise acerca da avaliação do ENADE e das questões que a permeiam, acredita-se que ela está intimamente relacionada às mudanças que vêm ocorrendo em relação às concepções de educação que orientam as práticas pedagógicas desde que a escola foi instituída como espaço de educação formal.

Gatti (2003) afirma que:

É preciso ter presente, também, que medir é diferente de avaliar. Ao medirmos um fenômeno por intermédio de uma escala, de provas, de testes, de instrumentos calibrados ou por uma classificação ou categorização, apenas estamos levantando dados sobre uma grandeza do fenômeno. [...] Mas, a partir das medidas, para termos uma avaliação é preciso que se construa o significado dessas grandezas em relação ao que está sendo analisado quando considerado como um todo, em suas relações com outros fenômenos, suas características historicamente consideradas, o contexto de sua manifestação, dentro dos objetivos e metas definidos para o processo de avaliação, considerando os valores sociais envolvidos. (GATTI, 2003, p. 110).

Nessa perspectiva, o processo avaliativo, constituído sob o prisma do pensamento liberal e do paradigma positivista, determinou uma prática de avaliação que se tem confundido com a possibilidade de medir a quantidade de conhecimentos adquiridos pelos estudantes, considerando o que foi ensinado. Por essa razão, consideramos que a implementação de políticas educativas, aliadas a uma atuação pedagógica atenta a conflitos, contradições, fissuras, fragmentos,

vozes que constituem o panorama do ensino superior, poderá dar novos sentidos à práxis da avaliação.

Considerações Finais

Algumas pistas mostram que, ao se realizar uma prova com o objetivo de construir um processo de avaliação cada vez mais voltado para o movimento particular que cada sujeito realiza, há que se questionar a avaliação feita através de procedimentos, instrumentos e padrões únicos que partem da ideia de homogeneidade, pois se produzem conclusões que generalizam e definem soluções insensíveis às diferentes dinâmicas e características individuais que tecem o processo coletivo de melhores resultados.

Com base no explicitado, considera-se relevante que a gestão acadêmica dos cursos de Pedagogia, apoiada pelo seu grupo de professores, implemente ações tomando como referência os resultados dos estudantes na prova do ENADE 2011. Certamente esses resultados devem ser sempre vinculados a outras propostas de avaliação realizadas pela instituição e/ou pelo próprio curso, no caso, o curso de Pedagogia. Não se pode ignorar que um exame da envergadura do ENADE, com avaliações fundamentadas em indicadores de desempenho, é limitada e inadequada para abarcar a qualidade efetiva da educação. Não se defende neste texto que os resultados do ENADE sejam tomados como diretrizes do curso, mas é certo que eles não podem ser ignorados, como se não tivessem relevância na promoção de discussões sobre os encaminhamentos dados à formação dos estudantes e, provavelmente, suas implicações na imperativa revisão contínua do projeto pedagógico do curso. Faz-se necessário, ainda, considerar os dados estatísticos gerados pelos instrumentos de avaliação respondidos pelos estudantes apresentados no relatório divulgado pelo MEC/INEP relativo a cada curso de Pedagogia participante do ENADE em 2011.

Considera-se que, ao pretender uma abordagem participativa de elaboração da informação qualificada sobre o valor desses resultados, a política de avaliação provoca, com efeito, que seja realizado um processo de formação dos estudantes ao longo do qual diversas preparações indissociáveis devem se conjugar. Assim, ao

longo do curso de Pedagogia, tanto o colegiado quanto os professores deverão promover e implementar práticas avaliativas que comuniquem aos estudantes seus motivos e as consequências da avaliação; explicar que não se pode medir o valor sem o definir anteriormente; destacar que o “quantitativo” não diz tudo sobre o valor; demonstrar que uma avaliação esclarecedora e formadora não é aquela que pretende avaliar tudo; propor, por conseguinte delimitar o objeto da avaliação e se engajar na co-construção das referências para as políticas de avaliação;. e, finalmente, fazer valer a ideia de que uma avaliação qualificadora para seus atores é uma avaliação participativa.

O ENADE pode promover nos professores a necessidade de formação contínua e em serviço que os leve a compreender e dominar os processos e ferramentas dessa política de avaliação nacional; adquirir os princípios da construção de um referencial de avaliação qualitativa; explorar as incontornáveis estratégias de mobilização e comunicação dos jovens na atualidade; saber definir e dominar as modalidades de avaliação mais apropriadas ao contexto de cada sala de aula em que atua, além de experimentar praticamente a avaliação em situações concretas.

Por outro lado, cabe destacar ainda que, no que se refere a essa Política de Avaliação do Sistema Nacional da Educação Superior, se percebe que o ENADE busca aferir as habilidades acadêmicas e as competências profissionais, ou seja, analisa as qualidades da formação para o mercado de trabalho. O saber fazer é o centro do modelo de competências e, para atender a esse modelo, o currículo escolar se volta à necessidade de desenvolver soluções de problemas relacionados às práticas sociais. Entretanto, um olhar mais cuidadoso percebe a fragilidade de uma educação pautada no modelo de competências. Essa fragilidade se dá em função da supervalorização do saber tácito, cotidiano e pessoal, que faz com que o trabalho do professor e o papel da escola deixem de ser o de, com base nesses saberes certamente, promover a construção de novos conhecimentos, ao proporcionar aos estudantes o acesso aos conhecimentos sistematizados e acumulados historicamente.(DUARTE, 2010, p. 38)

Possivelmente o que de mais positivo o ENADE oferece às instituições e aos cursos avaliados seja um diagnóstico da situação dos cursos e das IES que os

oferece. No entanto, numa sociedade que atribui apenas o valor econômico em tudo o que produz, a educação mais uma vez é tratada como mercadoria.

Além disso, se pode verificar que ele avalia ainda as habilidades e competências cognitivas requeridas para a realização de uma prova, não se atendo a outras habilidades. Isso pode ser verificado quando se percebe que não é realizada a avaliação continuada do estudante, e o perfil de concluintes e ingressantes não é mais considerado.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. **Avaliar para conhecer**: examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 nov. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm> Acesso em: 08 ago. 2014.
CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. Avaliação e processo de ensino-aprendizagem. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.

COSTA, João Paulo de Castro. **As questões do Enade para a licenciatura em Física**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Belo Horizonte.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Professor universitário**: na transição de paradigmas. Araraquara, SP: JM, 1998.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Avaliação escolar. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, p. 66, jul./ago. 2005.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia; DUARTE, Newton (Org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 33-49.

GATTI, Bernardete Angelina. O Professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, p. 97-113, jan./jun. 2003.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. 10. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria nº 225, de 26 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 jul. 2011. Disponível em: <http://www.prograd.ufscar.br/enade/enade11/Portarias_Diretrizes_ENADE2011.pdf> Acesso em: 08 ago. 2014.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação**: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre, Artmed, 1999.

Portaria Inep nº 225 de 26 de julho de 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2011/diretrizes/diretrizes_pedagogia_n_225.pdf. Acesso em: 09 set. 2014.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**: novos tempos e novas práticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

REILY, Lucia Helena. **Escola Inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas: Papyrus, 2004, p. 54

SORDI, Mara Regina Lemes de. Alternativas propositivas no campo da avaliação: por que não? In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Org.). **Temas e textos em metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética libertadora da avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2002. p. 27-8.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, jul./set. 2006.

SISTEMA Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php/?id=12303&option=com_content. Acesso em: 11 Set. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em 11 Set. 2014.